

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



SESSÃO DE FEVEREIRO

ATA N.º 2/2026

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS**Ata n.º 02/2026**

1. Aos três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, no Fórum Cultural "A Praça", teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 05 minutos, tendo estado presentes os seguintes deputados: João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês, Paula Isabel Chilrito Galhardas, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques, Sofia Isabel da Graça Laureano, Maria Manuela Alminhas Passão Moura, Luís Miguel Nunes Rodrigues, Nuno Daniel Gaibino da Silva e Carla Manuela Bailador Fialho Domingues, eleitos pelo Partido Social Democrata, Maria Cristina Aldeias Saiote Rodrigues, Maria Clara Cardoso Pereira, Paulo Jorge Piteira Campino e Filipa Cristina Nobre Silva, eleitos pelo Partido Socialista, Afonso Augusto da Silva Luz e José Manuel Batista Leitão eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária, Jorge Manuel de Valsassina Galveias Rodrigues, eleito pelo CHEGA, Fernando Jorge Travessa Chaveiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas e Sandra Maria Patuleia Grilo, Presidente da Junta de Freguesia de Landeira.
2. A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Coelho Videira, pelo Vice-Presidente, Luís Filipe Laranjo Matias, e pelos Vereadores Sofia Cristina Almeida Batista Marante, Pedro José Barbas Martins e Paula Maria Sabino Guerreiro Rocharte Valentim.
3. O **Presidente da Assembleia Municipal**, saudou todos os presentes na Assembleia Municipal, o público presente, todos os Vendasnovenses que estavam a ver através do Facebook do Município e aos colaboradores do município que prestam apoio à Assembleia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

4. Foi apresentado para votação pelo **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 7/2025**, referente à sessão realizada no dia 28 de novembro de 2025.
5. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
6. A **Deputada Cristina Saiote Rodrigues**, solicita que nas suas intervenções o nome a constar seja Cristina Saiote Rodrigues e não Cristina Saiote.
7. O **Deputado José Leitão**, menciona que as atas devem ser representativas do que ocorre nas assembleias, faltando informação dos nomes no Ponto 12.º, sugerindo a possibilidade de transcrição integral das sessões e o respetivo envio por meios digitais, de forma a permitir uma melhor memória futura dos trabalhos.
8. O **Deputado Tomás Marques**, refere que a questão já havia sido discutida no último mandato, tendo ficado decidido que, uma vez que as reuniões são transmitidas e disponibilizadas online, se optaria por atas mais resumidas, contendo apenas o essencial. Foi ainda manifestado entendimento de que o regresso a atas completas não faz sentido, mantendo-se, contudo, abertura para melhorias que clarifiquem as posições da Assembleia.
9. O **Deputado Paulo Campino**, solicita a retificação do ano da Declaração de Consentimento.

10. O **Presidente da Assembleia Municipal**, manifesta a intenção de simplificar os procedimentos relativos às atas, evitando prolongar o debate sobre o tema no momento, propondo-se avançar para a sua aprovação. Foi ainda sugerido que, no final da sessão, se reunisse com os líderes das bancadas, no sentido de encontrar, dentro da legalidade, a melhor forma de simplificar o processo das atas.
11. Não havendo mais intervenções, o documento foi posto a votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o **projeto de ata n.º 7/2025**, referente à sessão realizada no dia 28 de novembro de 2025.
12. Não participou na discussão e votação o deputado Nuno Daniel Gaibino da Silva.
13. Foi apresentado para votação pelo **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 8/2025**, referente à sessão realizada no dia 29 de dezembro de 2025.
14. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
15. O **Deputado José Leitão**, menciona que as declarações de voto não constam como anexos.
16. Não havendo mais intervenções, o documento foi posto a votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o **projeto de ata n.º 8/2025**, referente à sessão realizada no dia 29 de dezembro de 2025.
17. Não participou na discussão e votação a deputada Maria Manuela Alminhas Passão Moura.
18. Foi apresentado para votação pelo **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 1/2026**, referente à sessão realizada no dia 12 de janeiro de 2026.
19. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
20. Não havendo intervenções, o documento foi posto a votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o **projeto de ata n.º 1/2026**, referente à sessão realizada no dia 12 de janeiro de 2026.
21. Não participaram na discussão e votação os deputados Nuno Daniel Gaibino da Silva, Afonso Augusto da Silva Luz e José Manuel Batista Leitão, por não terem estado presentes na sessão em causa.
22. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PS que apresentasse o Voto de Pesar.
23. Foi apresentada pela **Deputada Maria Clara Pereira**, em representação da Bancada do PS o **Voto de Pesar "Pelos Consequências da Depressão Kristin". (Anexo 1/26)**
24. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
25. O **Deputado Luís Rodrigues**, menciona que bancada do PSD manifesta solidariedade para com as vítimas da tempestade e formulou votos de rápido regresso à normalidade. No entanto, solicita uma alteração à redação final do voto de pesar, por uma questão de rigor formal e enquadramento institucional, propondo que a deliberação seja assumida pela Assembleia Municipal e não atribuída a uma bancada específica, mantendo inalterada a intenção da moção.

26. O **Deputado Paulo Campino**, refere que a bancada concorda com a alteração.
27. O **Deputado Jorge Galveias**, menciona que foi referido que a bancada do PSD se associa ao voto apresentado, manifestando concordância com a proposta de alteração, caso a mesma seja aceite pelo Partido Socialista.
28. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**, **Voto de Pesar “Pelos Consequências da Depressão Kristin”**.
29. Foi realizado um minuto de silencio pelas vítimas da Depressão Kristin.
30. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da CDU que apresentasse a Moção.
31. Foi apresentada pelo **Deputado Afonso Luz**, em representação da Bancada da CDU a **Moção “Pelo pagamento do valor em dívida pela transferência de competências”**. (Anexo 2/26)
32. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
33. O **Deputado Tomás Marques**, manifesta total concordância com o seu conteúdo, considerando que os valores apresentados são factuais e constam dos documentos do Executivo Municipal. Refere que a transferência de competências pode ser positiva, sendo o problema a forma como foi concretizada, existindo aspetos a corrigir, motivo pelo qual votam favorável a moção.
34. O **Deputado Afonso Luz**, esclarece que a CDU mantém a sua posição contrária ao processo de descentralização de competências, defendendo que determinadas matérias devem ser tratadas a nível nacional e que o Governo não deve transferir encargos para as autarquias, mantendo essa oposição apesar da situação financeira referida no Município de Vendas Novas.
35. O **Deputado Jorge Galveias**, anuncia o voto favorável à moção, referindo que, embora concorde com as transferências de competências, não concorda com a forma como estas têm sido implementadas, tratando-se de um problema transversal a vários municípios que deve ser colocado ao Governo Central.
36. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**, a **Moção “Pelo pagamento do valor em dívida pela transferência de competências”**.
37. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da CDU que apresentasse a Moção.
38. Foi apresentada pelo **Deputado José Leitão**, em representação da Bancada da CDU a **Moção “Pela Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, Contra o Pacote Laboral”**.
39. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
40. O **Deputado Jorge Galveias**, agradece à CDU a apresentação da moção, lembrando que se trata de um anteprojeto ainda em discussão. Manifestou oposição a determinados pontos do projeto, considerando que podem afetar direitos das famílias e trabalhadores, e sublinhou que a avaliação definitiva só poderá ser feita quando o projeto for formalmente apresentado, podendo ainda sofrer alterações.

41. O **Deputado Paulo Campino**, manifestou que a bancada do Partido Socialista acompanha a moção, considerando que, embora se trate de um anteprojeto, este contém ideias que atentam contra a harmonização social e a estabilidade das famílias, não refletindo, no essencial, os valores do PS.
42. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **rejeitada**, por **maioria**, com 10 votos contra (9 do PSD e 1 do CH), 7 votos a favor (5 do PS e 2 da CDU), a **Moção "Pela Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, Contra o Pacote Laboral"**.
43. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da CDU que apresentasse a Moção.
44. Foi apresentada pelo **Deputado José Leitão**, em representação da Bancada da CDU a **Moção "Pela Melhoria dos Serviços de Saúde no Concelho de Vendas Novas e no Distrito de Évora"**. (Anexo 3/26)
45. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
46. O **Deputado Nuno Gaibino**, menciona que relativamente à moção, embora se concorde com os objetivos finais, o reforço de médicos no Centro de Saúde, funcionamento do Serviço de Atendimento Permanente e conclusão do Hospital Central do Alentejo, discorda do enquadramento e do contexto apresentado na moção, justificando, assim, a abstenção no voto.
47. O **Deputado Paulo Campino**, refere que, apesar do detalhe do título, a bancada do Partido Socialista acompanha o conteúdo da moção e manifesta preocupação com o estado da saúde local, nomeadamente a falta de médicos nos serviços de urgência durante períodos críticos. Foi ainda apelado ao Município para atuar junto do Governo na resolução destas situações e sublinhada a importância de concluir a construção do Hospital Central do Alentejo.
48. O **Deputado José Leitão**, manifestou concordância com os três tópicos apresentados, levantando questões sobre o atual Governo e a gestão da saúde. Destacou declarações anteriores do Primeiro-Ministro, a limitação de contratação de trabalhadores pela Direção Executiva e a introdução das unidades de saúde familiar, sobre as quais podem existir divergências. Ressaltou a falta de atendimento no Centro de Saúde por questões de recursos humanos, mencionando que a situação não é responsabilidade do atual Governo, citando problemas históricos em hospitais como Évora e Algarve. Por fim, reconheceu divergências existentes, mas enfatizou respeito pelas posições apresentadas.
49. O **Deputado Jorge Galveias**, destacou que os problemas de saúde são nacionais e históricos, não se originando apenas do atual ou do anterior Governo. Ressaltou a longa formação de médicos e a falta de estratégia e planeamento ao longo dos anos, apontando deficiências na gestão de recursos humanos na saúde. Sobre o Hospital Central do Alentejo, salientou que a inauguração depende de mais do que a obra física, incluindo médicos, técnicos e infraestrutura complementar, e enfatizou a necessidade de um plano estratégico nacional para enfrentar os problemas do setor.
50. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovada**, por **maioria**, com 7 votos a favor (5 do PS e 2 da CDU), e 10 abstenções (9 do PSD e 1 do CH), a **Moção "Pela Melhoria dos Serviços de Saúde no Concelho de Vendas Novas e no Distrito de Évora"**.
51. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada da CDU que apresentasse a Recomendação.

52. Foi apresentada pelo **Deputado Afonso Luz**, em representação da Bancada da CDU a **Recomendação “Pelo bem estar animal e de quem trabalha com eles”**. (Anexo 4/26)
53. Foi colocado à votação a proposta de prolongamento em 30 minutos do Período Antes da Ordem do Dia, tendo sido a mesma **aprovada**, por **unanimidade**.
54. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
55. O **Deputado Tomás Marques**, destacou divergências na moção apresentada, apontando que algumas informações não correspondem à realidade. Ressaltou que a função da Assembleia é escrutinar o Executivo e não definir prioridades técnicas de compras do Centro de Recolha de Animais (CRO), como mesas cirúrgicas ou autoclaves, que devem ser decididas pelos técnicos responsáveis. Reconheceu a importância de investir em infraestruturas, mas enfatizou que o atual Executivo não é responsável pelo estado anterior do centro. Também esclareceu que não houve decréscimo de verbas para atividades relacionadas, destacando o trabalho da Associação Entre Patas. Destacou que a maior parte dos processos de esterilização será realizada pela veterinária do centro, sem custos adicionais, e que apenas animais de grande porte não são abrangidos. Ressaltou a importância de investir no Centro de Recolha, mas apontou que a definição de prioridades técnicas extrapola as competências da Assembleia. Por esse motivo, informou que a posição da bancada será de abstenção.
56. O **Deputado Afonso Luz**, esclareceu que se trata de uma recomendação, não imputando responsabilidades ao Executivo, apenas sugerindo atenção às questões levantadas. Ressaltou que todas as informações são verídicas, baseadas em visitas ao Centro de Recolha de Animais (CRO), à Associação Entre Patas e ao Canil. Destacou problemas estruturais e de higiene, como falta de boxes de isolamento adequadas, condições inadequadas para cirurgias, ausência de iluminação e uso incorreto de produtos químicos, além da falta de chips e de infraestrutura para proteger os profissionais. Reforçou que a recomendação visa assegurar atenção do município a estas questões e alertou para a dependência da associação em horários críticos, o que deveria ser responsabilidade da Câmara Municipal.
57. O **Deputado José Leitão**, explicou que não abordaria questões relacionadas com cães ou gatos, mas sim o regimento. Referiu o artigo 17.º, relativo ao período antes da ordem do dia, explicando que se destina ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. Destacou ainda a alínea e), que prevê a apresentação de recomendações ou moções sobre matérias de interesse para o município, sublinhando que essa disposição foi objeto de votação.
58. O **Deputado Tomás Marques**, esclareceu que não houve intenção de se opor à moção, podendo a sua intervenção ter sido mal interpretada. Reconheceu a importância do tema e saudou o facto de ter sido trazido a debate, considerando uma preocupação legítima e de interesse municipal. Contudo, afirmou não possuir conhecimento técnico para avaliar as necessidades específicas do CRO, entendendo que essa competência cabe aos técnicos e ao Executivo. Defendeu que à Assembleia compete fiscalizar, e não definir pormenores técnicos ou prioridades operacionais, razão pela qual a moção, ao entrar nesses detalhes, extravasa as suas competências e condiciona o sentido de voto. Sublinhou ainda o reconhecimento pelo trabalho meritório das associações, destacando a importância do associativismo no apoio ao município e na melhoria das condições do concelho.
59. O **Presidente da Assembleia Municipal**, afirmou já ter demonstrado pluralismo e isenção, considerando aquele espaço como privilegiado para o debate. Contudo, enquanto Presidente, recordou ter solicitado às bancadas que privilegiassem a discussão de matérias políticas, deixando as questões regimentais como suporte dessas

matérias. Reiterou o apelo à síntese, tendo em conta que ainda se encontravam por realizar três votações e apreciar uma recomendação.

60. O **Deputado Paulo Campino**, refere que no seguimento da intervenção anterior, foi referido que poderia existir enquadramento regimental para a questão levantada, assegurando, contudo, que a observação seria breve.
61. Relativamente à recomendação, esclarece que o entendimento incide sobre o seu carácter genérico e sugestivo, não se pretendendo transformar o documento numa “lista de compras”.
62. Considera que a enumeração de equipamentos apresentada pela CDU deve ser entendida como uma sugestão, competindo sempre ao Município avaliar as reais necessidades e determinar quais os equipamentos mais adequados.
63. Foi ainda apontada uma alegada incoerência na posição do PSD, recordando que, quando se encontrava na oposição, apresentou diversas recomendações de âmbito semelhante, enquanto agora manifesta reservas relativamente a esse tipo de iniciativa.
64. Quanto ao regimento, concordou que as atas constituem um resumo, mas defendeu que esse resumo deve conter informação suficiente, nomeadamente a identificação dos candidatos em determinadas situações, mesmo tratando-se de votações por lista, entendendo que tal descrição mínima é necessária.
65. Não obstante as considerações anteriores, esclarece que, no âmbito da recomendação e quanto à sua intenção, existe concordância com a mesma.
66. O **Presidente da Assembleia Municipal**, considera que a sua posição sobre o assunto já havia ficado suficientemente explícita, dirigindo-se ao Deputado Paulo Campino.
67. Entendeu não haver necessidade de retomar a discussão, uma vez que a questão se encontrava esclarecida, referindo que iria ainda conversar com os envolvidos. Acrescentou que, na sua opinião, não se justificava prolongar o debate naquele momento, salvaguardando, contudo, a liberdade de posteriormente apresentar eventual protesto, se assim o entendesse.
68. O **Deputado José Leitão**, esclarece que a recomendação apresentada se fundamenta no conhecimento da realidade e no contacto direto, devendo ser entendida como um contributo da bancada da CDU. Não se trata de uma imposição ou de uma posição hostil, mas sim de uma proposta construtiva.
69. Reconhece que a Câmara tem consciência da situação em causa, mas, ainda assim, considera importante trazer o tema a debate por constituir uma preocupação.
70. Entende que compete aos eleitos transmitir à Assembleia a realidade e as vivências do concelho, relativamente a essa matéria e, no futuro, relativamente a outras. Sublinha que as iniciativas configuram contributos que poderão, ou não, vir a ter desenvolvimentos posteriores, ficando essa eventual evolução dependente de momentos futuros.
71. O **Deputado Tomás Marques**, afirma que a única divergência relativamente à recomendação se prende com a referência a um alegado desinvestimento ou retrocesso no percurso efetuado nesta área. Sustentou que, pelo contrário, existe presentemente um maior investimento face a anos anteriores, em virtude da internalização do serviço, considerando que tal medida representa um reforço e não um recuo, e presumindo que não haverá oposição a essa internalização.

72. Foi ainda aproveitada a intervenção para solicitar ao Deputado Paulo Campino que, ao colocar em causa a correção ou coerência das posições assumidas, concretize de forma clara essas afirmações.
73. O **Deputado Jorge Galveias**, manifesta discordância relativamente a uma afirmação anteriormente proferida, considerando que, num regime democrático, todas as bancadas têm igual direito de apresentar moções e recomendações, não cabendo a nenhuma força política criticar outra pelo número de iniciativas que apresenta. Todos dispõem do mesmo direito de intervenção e proposta.
74. Quanto à recomendação em análise, foi entendida como uma sugestão. Ainda assim, salientou que é relativamente fácil elaborar uma lista extensa de necessidades sem que exista, necessariamente, plena noção dos custos envolvidos, dos prazos de concretização ou da possibilidade de acesso a apoios nacionais ou comunitários que viabilizem essas aquisições.
75. O **Deputado Paulo Campino**, explicou que a bancada do PS se referiu à postura do PSD no mandato anterior, quando este apresentou várias recomendações ao Executivo municipal com uma atitude considerada de maior contributo governativo. A crítica atual do PS não se dirige à ação de apresentar recomendações em si, mas sim à aparente incoerência entre a posição assumida pelo PSD no mandato anterior e a sua crítica presente. Enfatizou que o objetivo foi apenas assinalar essa incoerência, sem questionar o direito de qualquer bancada apresentar recomendações.
76. O **Deputado Afonso Luz**, refere que, relativamente aos custos associados à lista de necessidades apresentada, alguns itens, como uma sala de cirurgia equipada com iluminação e autoclave, rondam cerca de cinco mil euros, valor considerado acessível. Outros custos, incluindo pequenas imobilizações de espaço ou equipamentos como telemóveis de serviço, são avaliados como de baixo montante, pelo que não se considera que representem um impacto significativo nas finanças da Câmara Municipal.
77. O **Deputado Tomás Marques**, respondeu à acusação de incoerência feita pelo Deputado Paulo Campino, sublinhando que a bancada do PSD nunca questionou o direito de qualquer bancada apresentar recomendações e que todas as propostas recebidas que beneficiaram a execução dos trabalhos e a vida dos Vendasnovenses foram consideradas legítimas.
78. Referiu que o Deputado Jorge Galveias não esteve presente no mandato anterior, mas que, na altura, interveio em moções do PSD tantas vezes quanto o Deputado Paulo Campino, sem jamais questionar recomendações semelhantes.
79. Reafirmou que nunca se contestou a apresentação de recomendações pela CDU. Foi lembrado que, no último mandato, a intervenção do PSD permitiu a aprovação de quatro orçamentos, apesar de não ter maioria, demonstrando que as recomendações do PSD sempre tiveram como objetivo contribuir para a governabilidade e a execução de políticas, e não se alteram por desagrado de outros deputados.
80. O **Deputado Paulo Campino**, sugeriu que, caso o Deputado Tomás Marques considere que não houve recomendações do PSD nesse sentido, poderá ser feita uma análise detalhada das datas e do material disponível, permitindo verificar e esclarecer efetivamente quando tais recomendações foram apresentadas, encerrando assim a questão.
81. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovada**, por **maioria**, com 7 votos a favor (5 do PS e 2 da CDU), e 10 abstenções (9 do PSD e 1 do CH), a **Recomendação “Pelo bem estar animal e de quem trabalha com eles”**.

82. Foi colocado à votação a proposta de prolongamento em 30 minutos do Período Antes da Ordem do Dia, tendo sido a mesma **aprovada**, por **unanimidade**.
83. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PSD que apresentasse o Voto de Saudação.
84. Foi apresentada pela **Deputada Manuela Moura**, em representação da Bancada do PSD, o **Voto de Saudação "Mitigação dos Efeitos da Depressão Kristin no Concelho de Vendas Novas e Agradecimento às Equipas Operacionais"**. (Anexo 5/26)
85. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
86. Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**, o **Voto de Saudação "Mitigação dos Efeitos da Depressão Kristin no Concelho de Vendas Novas e Agradecimento às Equipas Operacionais"**.
87. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PSD que apresentasse o Voto de Saudação.
88. Foi apresentada pela **Deputada Paula Galhardas**, em representação da Bancada do PSD o **Voto de Saudação "70 Anos do Escutismo em Vendas Novas e 40 Anos da Reativação do Agrupamento 34"**. (Anexo 6/26)
89. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
90. Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**, o **Voto de Saudação "70 Anos do Escutismo em Vendas Novas e 40 Anos da Reativação do Agrupamento 34"**.
91. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PSD que apresentasse o Voto de Saudação.
92. Foi apresentada pelo **Deputado Nuno Gaibino**, em representação da Bancada da CDU o **Voto de Saudação "Pelo Empenho dos Cidadãos e Trabalhadores da Autarquia no Ato Eleitoral"**. (Anexo 7/26)
93. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
94. O **Deputado José Leitão**, informou que a bancada da CDU não apresentará recomendações relativas ao centro sociocultural, adiantando que as próximas eleições estão previstas para daqui a cerca de três anos. Expressou a esperança de que, até lá, o centro sociocultural se encontre em melhores condições, considerando que atualmente enfrenta problemas significativos, como o frio.
95. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**, o **Voto de Saudação "Pelo Empenho dos Cidadãos e Trabalhadores da Autarquia no Ato Eleitoral"**.
96. O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Bancada do PSD que apresentasse a Moção.

97. Foi apresentada pelo **Deputado Tomás Marques**, em representação da Bancada do PSD a **Recomendação "28 de março: Dia Nacional da Juventude"**. (Anexo 8/26)
98. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
99. O **Deputado Afonso Luz**, menciona que relativamente à recomendação, a CDU anunciou que votará favoravelmente, embora considere que o texto poderia ter ido mais longe. Destacou que o MUD Juvenil, criado em 1946 por um grupo de jovens com objetivos relacionados com o fim da ditadura e a instauração da democracia, continua a ser relevante, embora os desafios atuais sejam distintos.
100. Sublinhou a importância da ação dos jovens e das suas organizações na defesa do regime democrático, no combate a desigualdades de género, raça, religião ou poder económico, na estabilidade laboral e na criação de condições que permitam constituir família sem a necessidade de emigrar. Foram também mencionadas a necessidade de habitação acessível e de um sistema nacional de saúde eficaz, bem como a oposição a medidas laborais que prejudiquem esses objetivos.
101. Menciona que a CDU espera que as celebrações decorram com a participação ativa dos jovens de Vendas Novas e das suas organizações. Por fim, reforçou a recomendação de que todos os eventos culturais e desportivos promovidos pela Câmara, incluindo este, sejam discriminados no orçamento com indicação das respetivas verbas, evitando-se a alocação genérica que impede o conhecimento das ações concretas a que se destinam.
102. O **Deputado Paulo Campino**, afirmou que o partido acompanhará a recomendação, destacando que uma figura de relevo e fundador do partido também foi membro do Movimento Juvenil.
103. Manifestou identificação com os valores defendidos pelo movimento e considerou positiva a assinalação do dia em questão. Esclareceu que a recomendação não se sobrepõe às competências do Departamento de Cultura da Câmara e confirmou que a bancada votará favoravelmente.
104. O **Deputado Jorge Galveias**, informou que acompanhará a recomendação e votará a favor da mesma.
105. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovada**, por **unanimidade**, a **Recomendação "28 de março: Dia Nacional da Juventude"**.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º ponto – Autorização Prévia para Executar Investimentos com Financiamento Bancário

106. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
107. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.

108. A **Deputada Filipa Silva**, destacou que os projetos de financiamento bancário dão continuidade às prioridades definidas pelo anterior Executivo do PS. Sublinhou o rigor da gestão financeira, evidenciado pelo chefe da DAF, que apontou uma margem de endividamento disponível entre 5 e 6 milhões de euros para 2026, dentro dos limites legais.
109. Salientou que esta evolução positiva, face a 2013, reflete o trabalho realizado ao longo dos anos para reforçar as contas municipais e criar capacidade para investimentos estratégicos, mesmo sem recorrer a financiamento comunitário, embora este possa reduzir o montante necessário.
110. Anunciou que o PS votará favoravelmente a autorização para contratação de dívida, por se tratar de intervenções urgentes e essenciais à segurança das populações, cujos processos foram iniciados pelo próprio partido.
111. O **Presidente da Câmara Municipal**, salientou a importância de haver posicionamentos políticos claros no órgão, corrigindo informações incorretas previamente apresentadas e confirmando a possibilidade de candidatar os projetos a fundos comunitários.
112. Destacou que o esforço tem sido maximizar todas as possibilidades de financiamento, de forma a abater ao investimento municipal a maior parte dos custos, exceto pelo crédito que terá de ser assumido.
113. Ressaltou-se a diferença em relação ao passado: enquanto anteriormente se discutiam projetos de forma abstrata, agora os deputados votam a concretização efetiva desses projetos, o que se espera que ocorra a partir de 2026.
114. O **Deputado Jorge Galveias**, solicitou ao Presidente da Câmara que informasse qual o valor previsto para a contratação do empréstimo.
115. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclareceu que o valor máximo previsto para o empréstimo é de cerca de 1,7 milhão de euros, destinado a duas pavimentações, sendo esperado que as licitações fiquem sempre abaixo deste teto.
116. Explicou que parte do investimento poderá ser reduzida com o recurso a financiamentos comunitários, que, porém, estão restritos a componentes específicas, como a rede de abastecimento de águas e uma parte da camada superficial das pavimentações. Estimou que 250 a 300 mil euros dos fundos comunitários possam ser aplicados em 2026, com projetos adicionais planeados para 2027, 2028 e 2029, seguindo um horizonte temporal de execução gradual ao longo dos próximos anos.
117. Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **deliberado, por unanimidade, aprovar a execução dos projetos "I43/2026 - Bairro António Sérgio e Rua do Bocage" e "I44/2026 - Rua Almada Negreiros", com recurso a financiamento bancário, respetivamente no montante de 688.442,00€ e de 1.047.324,00€, conforme disposto no n.º 2 do artigo 51.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

2.º ponto – Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento, PPI e PAM de 2026

118. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
119. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.

120. O **Deputado Afonso Luz**, informou que a bancada votará contra a alteração orçamental, embora concorde com muitos dos pontos que o documento contempla. O voto contra incide na generalidade, pois o orçamento ainda não inclui investimentos que consideram prioritários para o município. Face ao exposto, referiu que, a sua bancada, apresentará uma declaração de voto.
121. Não mais havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **deliberado**, por **maioria**, com 10 votos a favor (9 do PSD e 1 do CH), 2 votos contra (CDU) e 5 abstenções (PS), **aprovar a primeira alteração modificativa (Revisão) ao Orçamento, PPI e PAM de 2026**.
122. O **Deputado Afonso Luz**, apresentou uma declaração de voto da Bancada da CDU (**Anexo 9/26**)
123. O **Deputado Paulo Campino**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PS proferindo: "A proposta de alteração modificativa cumpre os pressupostos legais e assegura o equilíbrio orçamental, no entanto, trata-se essencialmente de uma reprogramação técnica do saldo de gerência que reflete as opções políticas do PSD e nas quais o PS não se revê na íntegra. Assim, não acompanhando politicamente as opções no executivo, a nossa posição foi de abstenção".
- 3.º ponto – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para fornecimento de gasóleo para abastecimento da frota municipal**
124. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.
125. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do 3.º e 4.º ponto.
126. O **Deputado Paulo Campino**, solicita uma breve explicação sobre os valores previstos nos contratos. Verifica que, de 2026 para 2027, existe um aumento de 18 mil euros, enquanto de 2027 para 2028 o acréscimo é de 16 mil euros. Nesse sentido, foi pedido um esclarecimento do Executivo quanto à variação destes montantes, nomeadamente se a mesma se deve a fatores como a eventual contratação adicional de pessoal ou outra justificação específica.
127. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que não é possível indicar com rigor a justificação exata para a diferença dos valores. Os montantes apresentados são indicativos e correspondem ao teto máximo de contratação, prevendo que a execução fique dentro desses limites.
128. Relativamente aos seguros, menciona que se tem verificado uma grande flutuação de valores, sobretudo associada aos seguros de baixa pressão, existindo ainda a expectativa de agravamento devido às taxas de utilização. Tal poderá justificar o crescimento previsto, embora não tenha sido possível precisar a razão concreta da diferença entre o aumento de 18 mil euros num ano e 16 mil euros no outro.
129. Foi ainda manifestada disponibilidade para prestar a informação posteriormente.
130. Não mais havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **deliberado**, por **maioria**, com 12 votos a favor (9 do PSD, 2 da CDU e 1 do CH) e 5 abstenções (PS), **aprovar: a) A autorização prévia para a abertura de procedimento para fornecimento de gasóleo para abastecimento da frota municipal, com os seguintes encargos máximos nos anos posteriores ao atual exercício económico: 2026 – 200.000,00€; 2027 – 220.000,00€ e 2028 – 230.000,00€; b) A autorização prévia à assunção dos**

compromissos plurianuais que venham a resultar de procedimento pré-contratual, até aos limites aí referidos.

131. A **Deputada Cristina Saiote Rodrigues**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PS proferindo: "Portanto, a nossa abstenção prende-se com uma posição de prudência, considerando a duração do contrato e a necessidade de garantir uma avaliação contínua das condições ao longo do tempo".

4.º ponto – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para serviços de seguros pelo período de 3 anos

132. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos.

133. Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **deliberado, por maioria, com 12 votos a favor (9 do PSD, 2 da CDU e 1 do CH) e 5 abstenções (PS), aprovar: a) A autorização prévia para a abertura de procedimento para prestação de serviços de seguros, com os seguintes encargos máximos nos anos posteriores ao atual exercício económico: 2026 – 210.000,00€; ano de 2027 – 228.000,00€ e ano de 2028 – 234.000,00€; b) A autorização prévia à assunção dos compromissos plurianuais que venham a resultar de procedimento pré-contratual, até aos limites aí referidos.**

134. A **Deputada Maria Clara Pereira**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PS proferindo: "No seguimento da nossa intervenção, do ponto anterior, abstemo-nos, considerando que é um compromisso plurianual e que, nesse período, existem variáveis passíveis de alteração no ramo dos seguros e que não conseguiremos acompanhar de forma contínua".

5.º ponto – Proposta de aditamento ao contrato de transferência de competências e auto de transferência de recursos entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Vendas Novas celebrado em 30 de junho de 2022, e alterado em 30 de dezembro de 2022, 30 de dezembro de 2023 e 27 de dezembro de 2024

135. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.

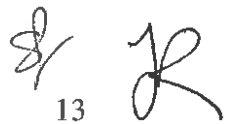
136. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.

137. Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de aditamento ao contrato de transferência de competências e auto de transferência de recursos entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Vendas Novas, celebrado em 30 de junho de 2022 e alterado em 30 de dezembro de 2022, 30 de dezembro de 2023 e 27 de dezembro de 2024.**

6.º ponto – Proposta para designação do júri do procedimento para provimento do cargo de Chefe da Divisão de Ambiente e Planeamento

138. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.

139. O **Presidente da Câmara Municipal**, realizou um breve resumo do ponto em questão.



140. Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **deliberado**, por **maioria**, com 12 votos a favor (9 do PSD, 2 da CDU e 1 do CH) e 5 abstenções (PS), **designar o júri do procedimento para provimento do cargo de Chefe da Divisão de Ambiente e Planeamento, composto pela Dr.ª Lília Graciete Zambujo Fidalgo, Chefe da Divisão de Ordenamento e Estratégia Territorial da CCDR do Alentejo, na qualidade de Presidente, e pelo Arq. Vítor Casa Branca Ramos, Chefe de Divisão da Unidade de Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, e Hélder José Páscoa Fernandes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Vendas Novas, ambos na qualidade de Vogais.**

141. A **Deputada Cristina Saiote Rodrigues**, apresentou uma declaração de voto da Bancada do PS proferindo: "Por uma questão de coerência e uma vez que nos abstivemos relativamente à terceira alteração do mapa pessoal para 2025, em que era prevista a criação de um posto de trabalho para o lugar cuja proposta de abertura de procedimento é agora apresentada, iremos abster-nos neste ponto".

7.º ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

142. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fosse feita a respetiva introdução.

143. O **Presidente da Câmara Municipal**, informou, a Assembleia Municipal, que está disponível para responder a eventuais questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais.

144. O **Deputado Nuno Gaibino**, menciona que a bancada do PSD solicita ao Executivo um ponto de situação relativamente à atuação das autoridades locais no mais recente evento crítico, designadamente a tempestade Kristin.

145. Tendo em conta a aproximação de um novo evento adverso, ou a eventual continuidade da situação anterior, e reconhecendo as diligências já realizadas, solicita um esclarecimento sobre a articulação entre as diversas autoridades que colaboram diretamente com o Município de Vendas Novas.

146. O **Deputado Afonso Luz**, solicitou um ponto de situação relativamente à tenda instalada no Bairro Vasco Gonçalves.

147. Requer o envio do relatório do programa de Captura, Esterilização e Devolução de Animais Errantes (CED), referente aos anos de 2024 e 2025.

148. Menciona que lhes foi transmitida uma preocupação de um munícipe sobre o corte de uma árvore junto ao lago do Jardim Público, alegadamente devido às raízes estarem a impedir o escoamento das águas. Questiona a razão do corte, tendo em conta que, passado mais de um mês, o tronco e as raízes permanecem no local.

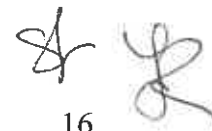
149. Em relação a uma notícia que identifica a empresa Star Foods como detentora da marca "Bifanas de Vendas Novas", manifestando intenção de expansão nacional e internacional. Considerando que o regulamento municipal estabelece que a marca é propriedade exclusiva do Município, cabendo a sua gestão e defesa, pretende saber se a referida empresa está devidamente autorizada a utilizar a marca, se foram concedidos poderes nesse sentido, se o Município aufere alguma contrapartida e, em caso de eventual uso indevido, quais as medidas previstas.

150. Foi ainda questionado de que forma é feito o controlo da utilização da marca, atendendo a situações reportadas de possível uso indevido e comercialização de produtos que não correspondem à qualidade associada às verdadeiras bifanas de Vendas Novas.

151. O **Presidente da Câmara Municipal**, menciona que relativamente à tempestade Kristin e aos fenómenos adversos que se têm sucedido, o início do ano têm sido marcados por condições meteorológicas severas, com precipitação intensa e ventos fortes. A noite em causa foi particularmente exigente, tendo o município articulado esforços com diversas entidades.
152. Refere que, em Vendas Novas, registaram-se apenas danos materiais, incluindo quedas de árvores, destelhamentos, queda de chaminés e derrocada de um muro, o que obrigou à intervenção imediata do piquete municipal durante a madrugada. Houve necessidade de articulação com a GNR, os Bombeiros Voluntários, a E-Redes e a Infraestruturas de Portugal, devido a cortes de energia e estradas obstruídas, incluindo vias nacionais.
153. A situação foi ultrapassada com o empenho dos trabalhadores municipais, reconhecendo, contudo, a limitação de meios e a necessidade de melhorar plataformas de comunicação e articulação para o futuro. Foi ainda destacada a solidariedade da população no apoio a municípios da região Centro afetados por situações mais graves.
154. Quanto à estrutura instalada no Bairro Vasco Gonçalves, foi informado que já foram desencadeadas diligências, tendo sido definido o procedimento técnico adequado. Foi constituída uma equipa de vistoria, composta por técnicos municipais, com a responsabilidade de emitir parecer para posterior atuação sobre a construção considerada ilegal.
155. Relativamente ao relatório solicitado, foi indicado que será providenciado.
156. No que respeita à marca "Bifanas de Vendas Novas", foi reconhecida a complexidade do tema, esclarecendo que o registo da marca limita a utilização do nome e dos elementos associados, mas não impede a confeção do produto em si.
157. Após a publicação da notícia referida, foi solicitado parecer jurídico, tendo sido, entretanto, recebido um primeiro documento, ainda de carácter genérico.
158. Refere que o Executivo aguarda enquadramento legal que permita avaliar eventuais medidas a adotar. Foi ainda referido que, tanto quanto é do conhecimento do Município, a empresa mencionada não tem ligação a Vendas Novas, reconhecendo o risco de utilização da designação sem correspondência à qualidade e identidade locais, dependendo qualquer atuação futura do enquadramento jurídico aplicável.
159. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que relativamente à árvore situada junto ao coreto do Jardim Público Municipal, que a mesma caiu no final de dezembro, devido ao mau estado das raízes.
160. Aquando da intervenção para proceder ao corte integral da árvore, a viatura municipal ficou parcialmente atolada na zona relvada, uma vez que os terrenos se encontram muito saturados de água, dificultando a circulação de maquinaria pesada nas imediações do lago.
161. Foi esclarecido que, de acordo com a informação dos serviços técnicos, os pedaços da árvore não estão a causar constrangimentos no local. Assim, e atendendo às atuais condições meteorológicas e à saturação do terreno, a remoção do material será realizada quando as viaturas puderem aceder à zona sem provocar danos adicionais no relvado do Jardim Público, aguardando-se condições mais favoráveis para o efeito.
162. O **Deputado José Leitão**, menciona que atualmente não se realizam funerais aos fins de semana em Vendas Novas e que a empresa responsável não estará a assegurar a limpeza e manutenção do cemitério, questionando a razão dessa situação. Recordou



- que o contrato celebrado prevê a realização de inumações em dias úteis e não úteis, solicitando esclarecimento sobre o seu cumprimento.
163. Menciona que sobre a correção relativamente à plataforma Base GOV, indicando que o contrato publicado como sendo referente à empreitada de requalificação de passeios corresponde, na realidade, ao concurso para colocação de abrigos de passageiros, encontrando-se em duplicado, pelo que se solicita a devida retificação.
164. Em terceiro lugar, foi pedido um ponto de situação sobre a execução dos contratos de fornecimento do sistema de vídeo e imagem e do equipamento de projeção digital de cinema, cujos prazos contratuais terminam em janeiro de 2026.
165. Refere que foi apresentado um abaixo-assinado por moradores confinantes com o Jardim Público, alertando para o perigo potencial de algumas árvores, sobretudo em contexto de intempéries. Questionando quais as medidas previstas pelo Executivo relativamente a essa situação, incluindo a árvore de grande porte em frente ao Montepio e as árvores situadas entre a Estrada Nacional n.º 4 e a via para a Landeira.
166. Foi ainda perguntado se existe um plano de podas e apelada a eventual criação ou aplicação de regulamento para a preservação, gestão e manutenção do património arbóreo.
167. O **Presidente da Câmara Municipal**, esclarece que relativamente ao lapso identificado na plataforma Base.gov, foi agradecido o alerta, informando que a situação será verificada e corrigida, caso se confirme o erro.
168. Quanto à realização de funerais aos fins de semana, foi esclarecido que a questão não se prende com o prestador de serviços, mas sim com a necessidade de assegurar resposta administrativa por parte dos serviços municipais. O Executivo reconhece a situação e informou que tem vindo a analisar diferentes soluções, incluindo a criação de um regime de piquete para esses dias, prevendo a definição de um modelo nos próximos meses.
169. No que respeita ao cumprimento do contrato do cemitério, foram admitidos alguns episódios de incumprimento das condições contratuais. O Executivo tem procurado intervir através de reuniões presenciais com o prestador, no sentido de corrigir falhas e melhorar o serviço. Reconhece que não se trata de uma matéria simples, que exige tempo e trabalho na procura de soluções e eventuais alternativas.
170. Por fim, as questões relativas ao equipamento de projeção do cinema e à gestão das árvores foram remetidas para esclarecimento pelo Vice-Presidente.
171. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, menciona que relativamente ao fornecimento do material para o sistema de vídeo e projeção digital, foi informado que há uma prorrogação do prazo, estando previsto que todo o equipamento chegue nas próximas semanas. Até ao momento, cerca de 80% do material já foi rececionado, encontrando-se o processo dentro do prazo estabelecido e a decorrer com normalidade.
172. No que diz respeito à gestão do arboreto urbano, foi explicado que existem rubricas orçamentais específicas para a elaboração do plano de gestão, manutenção do arboreto e rearborização do meio urbano. Identificou a necessidade de abater árvores por razões de saúde e segurança públicas, bem como de plantar novas árvores em caldeiras urbanas vazias. O trabalho será plurianual, envolvendo consulta a entidades externas devido à ausência temporária da técnica de paisagismo da Câmara, e visa definir critérios para podas e outras intervenções, garantindo o crescimento saudável das árvores e a segurança nos espaços públicos.



173. Foi destacada a situação do Jardim Público, particularmente na Rua Salgueiro Maia, onde algumas árvores de grande porte representam risco para os moradores. A equipa de espaços verdes realizará intervenções prioritárias nessas árvores assim que houver condições meteorológicas favoráveis, incluindo outras árvores críticas em diferentes zonas urbanas, como a Rotunda dos Dadores de Sangue, Rua António Coelho de Oliveira e Alameda Dr. Ennes Ferreira, onde se registam constrangimentos e queixas dos munícipes.
174. Quanto às árvores junto ao Montepio e entre Nicolaus e Piçarras, menciona que ainda não há avaliação detalhada, mas as restantes situações estão verificadas e com ação concreta em curso, sendo prevista informação complementar posteriormente.
175. O **Deputado Tomás Marques**, menciona que a moção apresentada pela CDU na Assembleia Municipal, relativa ao processo de transferências de competências e às dívidas do Estado Central para com o Município, tema considerado relevante e que mereceu voto favorável. Na moção destaca-se que, em novembro, o Executivo realizou comunicação à Direção-Geral de Autarquias Locais. Solicita, esclarecimento sobre eventuais atualizações deste processo, se há informação adicional a prestar à Assembleia Municipal e qual o ponto de situação quanto à resolução desta questão, dada a sua relevância para as finanças municipais e para a gestão autárquica.
176. O **Deputado Paulo Campino**, refere que foi esclarecido que o ajuste referido pelo Presidente da Câmara Municipal, relativo ao mapa de pessoal, dizia respeito à abertura ou alteração do posto de técnico superior da DAP e não à posição de chefe de divisão. Este esclarecimento não altera a posição da bancada, que se manteve em abstenção, reconhecendo que estas decisões são prerrogativa do Executivo.
177. Foi levantada uma questão sobre a empresa que se apresenta como titular da marca “Bifanas de Vendas Novas”. Verificou-se que a empresa está sediada em Cruz Quebrada e não apresenta qualquer ligação direta a Vendas Novas, salvo alguma eventual origem do proprietário desconhecida. Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que, numa futura Assembleia, forneça um esclarecimento mais detalhado sobre esta situação, dado que a alegada titularidade da marca por esta empresa pode representar um potencial prejuízo para o município.
178. O **Presidente da Câmara Municipal**, solicita à bancada da CDU que formalizasse, por e-mail, as questões colocadas para resposta posterior, de modo a permitir o seu registo no Estatuto da Oposição e a sistematização das respostas. Foi sublinhado que não existe qualquer objeção em responder, tratando-se apenas de uma formalidade processual.
179. Relativamente a uma declaração de voto mencionada pelo deputado Paulo Campino, foi defendida a importância do rigor, esclarecendo que o principal fundamento invocado não correspondia aos factos, uma vez que estava em causa uma alteração de funções e não a situação alegada.
180. Quanto à utilização da marca associada às “bifanas”, refere que, caso exista exploração da marca, devem estar asseguradas duas condições essenciais: a garantia de qualidade, reconhecidamente difícil de monitorizar e, a existência de contributo fiscal para o concelho. Menciona que o assunto se encontra em avaliação jurídica, não estando encerrado, sendo intenção voltar ao tema quando houver mais informação.
181. No que respeita à transferência de competências, agradece à Assembleia Municipal o reforço da posição da Câmara junto do Governo quanto às verbas em falta, reconhecendo a iniciativa da CDU na apresentação de moção sobre a matéria. Foi explicado que o protocolo de transferência de competências na área da educação,

- assinado em 2022, previa a criação de uma comissão de acompanhamento e monitorização, a qual nunca chegou a ser constituída.
182. Após a tomada de posse, foi determinado, a 9 de novembro de 2025, o despacho para a criação dessa comissão e solicitado à DGAL o reembolso de verbas que ultrapassam um milhão de euros. Em resposta, a DGAL solicitou atas e relatórios da comissão, documentos que não existiam, estando agora a ser elaborados, incluindo os referentes a 2022, 2023 e 2024, para que possam fundamentar o pedido de reembolso.
183. Este processo implica a articulação dos relatórios com a informação submetida mensalmente na plataforma, representando um trabalho técnico exigente.
184. Foi ainda verificado que situação idêntica ocorre na área da saúde, onde também será criada comissão de acompanhamento. Esta questão assume particular relevância no âmbito da transferência relacionada com a segurança, cuja verba depende igualmente da validação pela DGAL mediante apresentação dos respetivos relatórios.
185. Concluiu que está em curso um trabalho de regularização do cumprimento dos protocolos, com o objetivo de assegurar os serviços aos munícipes e recuperar, tanto quanto possível, as verbas em falta, reconhecendo, contudo, o risco de constrangimentos decorrentes do tempo entretanto decorrido.
186. Foi colocado à votação a proposta de prolongamento em 30 minutos do Período da Ordem do Dia, tendo sido a mesma **aprovada**, por **unanimidade**.
187. Não participou na votação o deputado Paulo Campino por não estar presente aquando da respetiva votação.
188. O **Deputado Tomás Marques**, manifestou dificuldade em compreender a justificação apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal relativamente ao défice de verbas associado ao processo de transferência de competências.
189. Recorda que a discrepância de valores está identificada há vários anos, tendo sido objeto de diversas moções na Assembleia Municipal e amplamente debatida no mandato anterior. Foi igualmente referido que o então Presidente, Valentino Cunha, assumiu uma posição reivindicativa sobre esta matéria, chegando a afirmar que a transferência de competências não estava a decorrer de forma satisfatória e colocando reservas quanto à sua aceitação.
190. Nesse sentido, questiona há quanto tempo é do conhecimento do Município a diferença de valores e em que momento foi oficialmente comunicada à DGAL, tendo em conta que apenas recentemente foram solicitados os relatórios e as atas das reuniões da comissão de acompanhamento.
191. O **Presidente da Câmara Municipal**, menciona que relativamente aos mandatos anteriores, foi referido que as responsabilidades eram distintas, que o tema foi debatido e que a informação se encontra disponível para consulta. Contudo, foi salientada a diferença entre manifestar intenção de reivindicar verbas e cumprir efetivamente os procedimentos necessários para o fazer.
192. Foi reconhecido que existia o propósito de reclamar as verbas em falta, mas que não foi seguido o trâmite formal adequado para concretizar essa reivindicação.
193. Esclareceu que o procedimento correto implica a formalização do pedido junto da DGAL e que esse processo teve início a 18 de novembro de 2025, com o envio de um ofício pelo atual executivo.

194. Concluiu que, apesar de o processo estar identificado há cerca de três anos e meio a quatro anos, não foi anteriormente desencadeado o mecanismo formal indispensável para assegurar a recuperação das verbas.

195. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

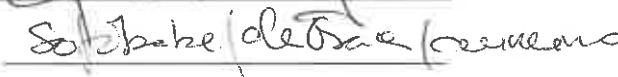
196. Neste período não se registou qualquer intervenção do público na sessão.

197. Não tendo havido mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada**, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo o **Presidente da Assembleia Municipal** dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 17 minutos do dia 4 de fevereiro de 2026.

O Presidente da Assembleia



A 1.ª Secretária da Assembleia



Anexos



Voto de Pesar pelas Consequências da Depressão Kristin

A bancada do Partido Socialista, manifesta o seu mais profundo pesar pela calamidade que assolou o País e cujas consequências humanas, sociais, económicas e ambientais marcaram de forma nefasta e dolorosa inúmeras famílias e comunidades.

Neste momento de grande adversidade, endereçamos uma palavra de solidariedade e conforto a todos os que sofreram perdas humanas, materiais e emocionais, bem como a todos quantos viram o seu quotidiano abruptamente interrompido por esta tragédia.

Cumpre igualmente reconhecer e enaltecer o esforço incansável de todos os profissionais e voluntários envolvidos nas operações de socorro, proteção civil, saúde e apoio social, cuja dedicação, coragem e espírito de missão foram determinantes para minimizar os impactos desta calamidade.

Assim, a bancada do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas que delibere associar-se ao luto e à dor das populações afetadas, reafirmando a sua solidariedade institucional e humana, na esperança de que a reconstrução se faça com união, resiliência e justiça para todos.

Que este voto de pesar seja transmitido às famílias enlutadas e às comunidades atingidas, como expressão do nosso respeito, apoio e sentida homenagem.

Vendas Novas, 3 de fevereiro de 2026

Os eleitos da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas



MOÇÃO

Pelo pagamento do valor em dívida pela transferência de competências

Pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram transferidas para os municípios competências em diversos domínios cujo exercício se encontra nos municípios desde 1 de janeiro de 2021, com exceção da Educação, Saúde e Ação Social.

No caso concreto das competências transferidas no âmbito da Saúde e da Educação, foi possível a opção pelo não exercício em 2021, considerando-se transferidas até 31 de março de 2022.

Em Vendas Novas as competências na área da educação foram transferidas em 1 de abril de 2022.

É comum os municípios (como tem sido reportado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses) alertarem que os valores transferidos pelo Estado são muitas vezes insuficientes para cobrir a despesa real, obrigando a Câmara a usar receitas próprias para colmatar o défice.

Em 2026 segundo o mapa da DGAL¹ o município de Vendas Novas verá transferido da Administração Central, na competência da educação o valor de 1.749.064,00 euros, sendo 172.636,00 euros destinados à conservação das instalações o que é manifestamente insuficiente.

Nos documentos previsionais para 2026 da Câmara lemos na sua página 4 que "...as verbas transferidas pelo Orçamento do Estado para o cumprimento das competências na área da Educação são suficientes para cobrir as despesas associadas. À data da apresentação deste documento isto não se verifica, constatando-se um défice anual nesta área superior a 300.000,00 €, situação já reportada pelo Executivo à Direção-Geral das Autarquias Locais durante o mês de novembro."

Podemos dizer assim que os vários Governo desde 2022 têm ficado a dever dinheiro ao município de Vendas Novas para este executar uma competência que era deles, calculando-se que essa dívida rondará atualmente 1 milhão de euros.

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 3 de fevereiro de 2026 deliberou:

- Solidarizar-se com a Câmara Municipal de Vendas Novas na sua justa reivindicação pelo pagamento do que lhe é devido;
- Exigir do Governo o referido pagamento.

A bancada da CDU na Assembleia Municipal

¹ <https://portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/transferencia-de-competencias/fundo-de-financiamento-da-descentralizacao/>

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada à Presidência da República, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, Junta de Freguesia de Vendas Novas, Junta de Freguesia de Landeira, órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais, boletim municipal e redes sociais do Município.



MOÇÃO

Pela Melhoria dos Serviços de Saúde no Concelho de Venda Novas e no Distrito de Évora

Recentemente soube-se que a Direção Executiva do SNS informou as unidades locais de saúde de que nos anos de 2025 e 2026, em conjunto, estas não poderão aumentar o número de trabalhadores em mais de 2,4% face aos que estavam ativos a 31 de dezembro de 2024, nem ultrapassar os respetivos orçamentos de despesa com pessoal.

Sabe-se que o estado dos serviços de saúde no concelho de Vendas Novas tem vindo a degradar-se, legitimando a pergunta se não está a abrir caminho para uma unidade de saúde familiar tipo C, sendo exemplo dessa degradação o acentuado aumento na ausência de médicos ou de um dos dois no Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Vendas Novas e o aumento do número de munícipes que não têm tido as suas consultas regulares com o médico de família pela não gestão dos seus recursos humanos por parte da entidade com essa competência.

Por fim, tem-se assistido à desresponsabilização por parte do Governo na construção do novo hospital de Évora, que deixou caducar o contrato de fiscalização da obra em fevereiro de 2025 e o contrato de empreitada de construção no passado mês de dezembro, ao insistir em passar a responsabilidade da obra para a Câmara Municipal de Évora e para a Unidade Local de Saúde, quando é sabido que nenhuma destas entidades tem competências ou meios para gerir um projeto de mais de 200 milhões de euros.

Tal situação terá graves consequências em termos de custos, atrasos da obra e qualidade dos serviços de saúde prestados a quem vive no Alentejo, pelo que a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 3 de fevereiro de 2026, delibera exigir do Governo que assuma as suas responsabilidades no respeitante ao:

Serviço de Atendimento Permanente, colocando médicos neste serviço que assegurem o seu normal funcionamento;

Centro de Saúde, reforçando o número de médicos ou substituindo médicos que não estão ao serviço;

Hospital Central do Alentejo, que conclua todo o processo de construção e colocação em funcionamento no mais breve prazo de tempo, a bem da saúde de quem vive no Alentejo

A bancada da CDU na Assembleia Municipal

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada à Presidência da República, Primeiro-ministro, Ministra da Saúde, Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, Câmara e Assembleia Municipal de Évora, Presidente da Assembleia da

República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, Junta de Freguesia de Vendas Novas, Junta de Freguesia de Landeira, órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais, boletim municipal e redes sociais do Município.



RECOMENDAÇÃO

Pelo bem estar animal e de quem trabalha com eles

Na Lei 75/2013, lê-se na alínea ii, ponto 1, artigo 33º que é uma competência material da Câmara Municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos.

Em relatório enviada à CDU em 2025 sobre o programa Captura, Esterilização e Devolução de animais errantes (CED), durante os meses de fevereiro e março de 2024, lemos que "As recolhas dos felinos foram efetuadas pelo Sr. António Casabranca, munícipe e membro da Associação EntrePatras, uma vez que ainda não foi disponibilizada viatura para uso exclusivo do canil municipal" e "o centro de recolha oficial de Vendas Novas apenas dispõe de alojamento permanente para animais pertencentes à espécie canina."

Relativamente ao Centro de Recolha Oficial (CRO) de Vendas Novas, sabemos que chove no seu interior, não tem telemóvel, não tem climatização, tem falta de espaços, o local onde se trabalha é também refeitório e armazém, a sala de cirurgias não tem equipamento, nomeadamente uma mesa e iluminação cirúrgica, um autoclave (dispositivo de esterilização que assegura que os materiais e ferramentas estão livres de microrganismos, sem os degradar) entre outros, não tem chuveiro para se tomar banho, as boxes para os animais são insuficientes e estão degradadas, havendo uma parte delas que estão em espaço exterior apesar de coberto, não existem boxes para animais em isolamento, não existe uma viatura adequada para recolha de animais e não existem chip's para colocar nos animais.

Em 2022 o Plano de Atividades Municipal previa 7.000€ para a esterilização de animais errantes, tendo-se gasto 5.329,06. Para as associações de proteção animal atribuiu-se 1.500€.

Em 2023 dos 6650€ previstos na esterilização de animais errantes gastou-se 5,912,23€ e o apoio às associações de proteção animal foi igual.

Em 2024, dos 7.000€ previstos na esterilização de animais errantes gastaram-se 6.470,16€. O apoio a associações de proteção animal subiu para 1.725€.

Para 2025 a verba prevista no orçamento inicial era de 3,500€ para a esterilização de animais errantes e nenhuma para as associações de proteção animal e após a revisão

7.000€ e 1725€ respetivamente. Na informação à Assembleia Municipal de 3 de fevereiro de 2026 o Plano de Atividades Municipal informa-nos que a verba definida para as associações foi atribuída, mas no que diz respeito ao orçado para a esterilização de animais errantes não houve qualquer despesa.

Por fim, para 2026 o orçamento inicial não previa verbas nem para a esterilização de animais errantes, nem para as associações de proteção animal. Com a revisão que iremos votar passará para 2.000€ o valor para a esterilização dos animais errantes e 3.000€ para apoiar o trabalho desenvolvido pelas associações de proteção animal.

Assim temos um decréscimo relativamente às verbas previstas em 2025 de 5.000€ para a esterilização de animais errantes e um acréscimo de 1.275€ para as associações de proteção animal.

Tal desiderato municipal parece-nos um retrocesso ao parco caminho realizado antes, quer no que se refere à esterilização de animais, quer ao insuficiente apoio às associações de proteção animal, nomeadamente à Associação EntrePatas que executa funções que são competência da Câmara

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 3 de fevereiro de 2026, recomenda à Câmara Municipal para o atual Centro de Recolha Oficial de Vendas Novas:

- a aquisição urgente de uma mesa cirúrgica;
- a aquisição de iluminação cirúrgica;
- a aquisição de um autoclave;
- a aquisição ou construção de mais boxes;
- a aquisição ou construção de pelo menos duas boxes para isolamento de animais;
- a aquisição de chip's;
- a aquisição de uma viatura adequada à atividade do serviço;
- a climatização do espaço;
- a atribuição de um telemóvel ao serviço;
- a instalação de um chuveiro
- a reparação do telhado;

Em relação à Associação EntrePatas recomenda-se o pagamento do trabalho executado na captura de animais errantes, incluindo despesas de transporte e alimentação, como aconteceria caso fosse um funcionário do Município a executá-lo.

Por fim, recomenda-se a execução de um projeto de Centro Municipal de Recolha Oficial de Animais em local que não perturbe a população e que se candidate o mesmo a apoios

financeiros nacionais ou comunitários, à imagem do que já outros municípios vizinhos fizeram.

A bancada da CDU na Assembleia Municipal

Esta Recomendação, se aprovada, deverá ser enviada à Presidência da República, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais, boletim municipal e redes sociais do Município.



Voto de Saudação

Mitigação dos Efeitos da Depressão Kristin no Concelho de Vendas Novas e Agradecimento às Equipas Operacionais

Na madrugada e manhã do dia **28 de janeiro de 2026**, o concelho de Vendas Novas, à semelhança de todo o território de Portugal continental, foi severamente afetado pela **Depressão Kristin**. O vento forte e a elevada precipitação provocaram diversos constrangimentos e danos em todo o concelho, exigindo uma resposta rápida, coordenada e eficaz por parte dos serviços municipais, das juntas de freguesias, das forças de segurança e das diversas entidades de proteção civil.

Ao longo da manhã registaram-se múltiplas ocorrências, nomeadamente a queda e remoção de árvores, desobstrução de vias, reposição do fornecimento de energia elétrica e outras intervenções de emergência.

O empenho e o sentido de missão de todos os trabalhadores municipais, juntas de freguesia, forças de segurança, bombeiros, proteção civil, equipas de socorro e restantes entidades permitiram a rápida resolução de todas as situações, garantindo o restabelecimento da normalidade e da segurança de pessoas e bens no concelho de Vendas Novas.

Assim, a Bancada do Partido Social Democrata propõe que a **Assembleia Municipal de Vendas Novas**, reunida no Fórum Cultural “*A Praia*”, em **3 de fevereiro de 2026**, delibere:

1. Expressar publicamente uma saudação e um voto de agradecimento a todos os trabalhadores e forças de segurança envolvidos nas operações de resposta à Depressão Kristin no concelho de Vendas Novas;
2. Reconhecer o empenho, a dedicação e o espírito de serviço demonstrados, que dignificam as instituições que representam;
3. Dar conhecimento da presente moção às entidades envolvidas, como forma de reconhecimento público do trabalho desenvolvido.

Vendas Novas, 3 de fevereiro de 2026

A Bancada do Partido Social Democrata



Voto de Saudação

70 Anos do Escutismo em Vendas Novas e 40 Anos da Reativação do Agrupamento 34

Celebramos, este ano, o 70.º aniversário do início da prática do escutismo em Vendas Novas, um marco que assinala décadas de dedicação aos valores da cidadania, solidariedade e proteção da natureza na nossa terra. Celebramos, simultaneamente, os 40 anos da reativação do Agrupamento 34 do Corpo Nacional de Escutas (CNE), um momento crucial que permitiu dar continuidade a este legado e fortalecer a presença do movimento na nossa comunidade;

O escutismo tem desempenhado um papel insubstituível na formação integral de gerações de jovens vendasnovenses, promovendo o espírito de serviço, a autonomia e o respeito pelo próximo. O Agrupamento 34 tem sido um parceiro ativo e dinâmico na vida do concelho, colaborando em iniciativas sociais, ambientais e culturais, elevando sempre o nome de Vendas Novas.

O lema deste aniversário — "40 anos de valores, legado e novos rumos" — reflete a maturidade de uma instituição que honra o passado enquanto olha com ambição para o futuro.

Assim, a Bancada do Partido Social Democrata propõe que a **Assembleia Municipal de Vendas Novas**, reunida no Fórum Cultural "*A Praça*", em **3 de fevereiro de 2026**, delibere:

- Estender um Voto de Congratulação ao Agrupamento 34 de Vendas Novas pelos seus 40 anos de reativação e pelos 70 anos de história do escutismo no concelho.
- Reconhecer publicamente o mérito de todos os dirigentes, escuteiros e famílias que, ao longo destas décadas, contribuíram para a vitalidade deste movimento.
- Endereçar os parabéns à atual Direção e a todo o efetivo, desejando que continuem a ser uma referência na educação não-formal dos nossos jovens.
- Dar conhecimento deste voto à Junta Regional de Évora e à Junta Central do Corpo Nacional de Escutas.

Vendas Novas, 3 de fevereiro de 2026

A Bancada do Partido Social Democrata



Voto de Saudação

Pelo Empenho dos Cidadãos e Trabalhadores da Autarquia no Ato Eleitoral

A presente sessão ordinária da Assembleia Municipal realiza-se entre a primeira e a segunda volta do processo eletivo que irá culminar a 8 de fevereiro na eleição do próximo Presidente da República Portuguesa.

Neste ato eleitoral, que pela primeira vez desde 1986 será decidido a duas voltas, os eleitores deslocaram-se massivamente às assembleias de voto tanto no dia das eleições como de forma antecipada para cumprir o seu dever cívico.

Em Vendas Novas, assistimos a um aumento de aproximadamente 20% de votantes em comparação com as últimas eleições presidenciais. Este incremento é em parte explicado pelas circunstâncias em que ocorreu o ato eleitoral de 2021 mas é ainda assim uma grande prova de cidadania dos vendasnovenses que não abdicaram de exercer o seu direito ao voto, honrando também a memória de todos os que lutaram para conquistar e consagrar este direito.

Para que tal fosse possível, foi necessário o contributo inextinguível de inúmeros cidadãos e trabalhadores da autarquia que prepararam e asseguraram a realização do ato eleitoral, através do seu incansável trabalho ou integrando as mesas de voto. De salientar que alguns destes cidadãos e trabalhadores irão dar suporte a estas eleições em quatro momentos diferentes, dedicando, pelo menos, quatro domingos à comunidade e à democracia.

Todos, sem exceção contribuíram e contribuirão para que o processo eleitoral decorra de forma exemplar e sem sobressaltos.

Assim, face ao exposto, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 3 de fevereiro de 2026 no fórum cultural “A Praça”, delibere, saudar:

- 1 - Todos os participantes no ato eleitoral relativo às eleições presidenciais;
- 2 - Os funcionários da Câmara Municipal de Vendas Novas e das Juntas de Freguesia de Landeira e Vendas Novas, e;
- 3 - Membros das Mesas de Voto.

Vendas Novas, 03 de fevereiro de 2026.

A Bancada do Partido Social Democrata



Recomendação

28 de março: Dia Nacional da Juventude

Assinala-se a 28 de março, em Portugal, o Dia Nacional da Juventude, uma data que evoca um dos momentos mais marcantes da luta da juventude portuguesa pela democracia, pelos direitos dos jovens trabalhadores, pela paz e pela construção de um país mais justo e solidário.

Entre 21 e 28 de março de 1947 teve lugar a Semana da Juventude, promovida pelo MUD Juvenil (Movimento de Unidade Democrática), que mobilizou milhares de jovens em todo o país através de festivais, sessões culturais e desportivas, passeios e acampamentos. Estes encontros assumiram-se como espaços fundamentais de consciencialização política, onde se debatiam os problemas concretos da juventude e se afirmava, de forma organizada, a resistência ao regime fascista.

Foi neste contexto que se realizou, em Bela Mandil, no concelho de Olhão, o Festival da Juventude, um acampamento que reuniu centenas de jovens em torno de palestras, canções de intervenção, recitais de poesia e outras expressões artísticas comprometidas com a liberdade. Apesar do seu carácter legal, o festival foi cercado pelas forças repressivas do regime que impuseram o encerramento das atividades e a dispersão forçada dos participantes. A resposta da juventude foi de coragem e determinação: perante a intimidação, a violência e as detenções, o hino nacional ecoou na mata de Bela Mandil como gesto de protesto, dignidade e afirmação da luta contra a opressão fascista.

Enquanto órgão do poder local democrático, a Câmara Municipal tem a responsabilidade de garantir a participação ativa dos munícipes nas decisões que definem o futuro do concelho. Nesse processo, a juventude não pode ser ignorada nem reduzida a um papel meramente simbólico, devendo ser reconhecida como parte essencial do presente e do futuro do município e do país. Ouvir os jovens, conhecer as suas necessidades e responder às suas aspirações é condição indispensável para a construção de políticas locais de juventude verdadeiramente participadas, transformadoras e orientadas para o interesse coletivo.

Foi com esse propósito que foi criado, em Vendas Novas, o Conselho Municipal da Juventude, enquanto órgão consultivo fundamental na definição das políticas locais para a juventude. Entendemos que deve ser uma prioridade do executivo municipal garantir o funcionamento regular do CMJVN, nomeadamente através da realização de sessões sempre que estejam em curso processos de definição de estratégias para a juventude. Este conselho pode e deve dar um contributo ainda maior à comunidade e deve ser mais bem aproveitado pelo Executivo Municipal do que vinha acontecendo em anos anteriores.

Assim, a Bancada do Partido Social Democrata propõe que a **Assembleia Municipal de Vendas Novas**, reunida no Fórum Cultural “A Praça”, em **3 de fevereiro de 2026**, recomende ao executivo:

- Que assinala no nosso concelho o dia 28 de março com um evento com programação cultural jovem;
- Que envolva as associações jovens do concelho na dinamização deste evento



- Que se comprometa a reunir o CMJVN pelo menos uma vez por ano;
- Que envolva jovens na construção da estratégia de desenvolvimento de políticas para juventude para o concelho de Vendas Novas

Vendas Novas, 3 de fevereiro de 2026

A Bancada do Partido Social Democrata



DECLARAÇÃO DE VOTO

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

A CDU votou contra esta Alteração Orçamental, por continuar a não contemplar investimentos que consideramos já deverem estar incluídos neste documento, nomeadamente a alteração do Plano de Pormenor do Parque Desportivo, integrando uma piscina coberta de 25 metros, a requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo, a construção de um Parque de Estacionamento junto à Estação Ferroviária, a construção de um telheiro na Escola Básica da Landeira e a reabilitação do Estaleiro da Freguesia da Landeira.

03/02/2026

A Bancada da CDU

